

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANTONIO GOMES DA SILVA NETO

AGRICULTURA PERIURBANA: SUGESTÕES PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO
EM SANTANA DO IPANEMA.

CURITIBA

2018

ANTONIO GOMES DA SILVA NETO

AGRICULTURA PERIURBANA: SUGESTÕES PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO
EM SANTANA DO IPANEMA.

Monografia apresentada como requisito parcial a obtenção do título de Especialista em Gestão do Agronegócio na Universidade Federal do Paraná, sob orientação do Professor Pedro Salneck.

CURITIBA

2018

Resumo

Este trabalho visa apresentar a AUP – Agricultura Urbana e Periurbana como alternativa viável de segurança alimentar para os moradores da cidade de Santana do Ipanema, no Estado de Alagoas. Levantando dados bibliográficos de pesquisas já realizadas e outros capturados por pesquisa em campo, na cidade identificou-se a dependência de alimentos vindos de outras regiões com qualidade e preço muitas vezes desaconselháveis e por isso apresenta-se neste trabalho a alternativa da AUP como meio de assegurar uma melhor qualidade nutricional a população, utilizando-se da AUP como meio de racionalizar o uso do solo urbano e fomentar as interações sociais comunitárias.

Palavras-chave: agricultura, periurbana, alimentos, nutrição, frutas, verduras, relações-sociais.

Abstract

This work aims to present the AUP - Urban and Periurban Agriculture as a viable alternative of food security for the residents of the city of Santana do Ipanema, in the State of Alagoas. Taking up bibliographical data of research already done and others captured by field research, the city identified the dependence of food from other regions with quality and price often not advisable and for this reason the UPA alternative is presented as a means of ensure a better nutritional quality for the population, using UPA as a means of rationalizing urban land use and fostering community social interactions.

Key words: agriculture, periurban, food, nutrition, fruits, vegetables, social relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
OBJETIVOS GERAIS	9
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	10
MATERIAIS E MÉTODOS	17
RESULTADO E DISCUSSÃO	19
CONCLUSÃO	22
BIBLIOGRAFIA	24

INTRODUÇÃO

É um desafio mostrar a adequação da Agricultura Urbana e Periurbana a realidade da cidade sertaneja de Santana do Ipanema, no sertão de Alagoas, para ser uma alternativa a melhora da qualidade alimentar local e ao mesmo tempo trazer sugestões a serem implantadas nesta região, logo buscar-se-á na literatura e pesquisa de campo os insumos a serem utilizados no desenvolvimento deste trabalho.

Partindo do conceito de AUP – Agricultura urbana e periurbana existente no Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas Para Sua Promoção, formulado pela REDE – IPES/RUAF em 2007¹, Agricultura Urbana e Periurbana é:

“(...) a produção, o agro extrativismo e coleta, a transformação e a prestação de serviços de forma segura para gerar produtos agrícolas voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou até mesmo comercialização aproveitando-se, de forma suficiente e sustentável, os recursos e insumos locais. Essas atividades podem ser praticadas em espaços interurbanos ou periurbanos vinculadas as dinâmicas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades.”

A FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, define AUP como:

“O cultivo de plantas e a criação de animais no interior e nos arredores das cidades.”

Acrescenta ainda a FAO que a agricultura urbana e periurbana proporciona produtos alimentares de vários tipos de cultivos (grãos, raízes, hortaliças, cogumelos, frutas), animais (aves, coelhos, cabras, ovelhas, bovinos, porcos, pescado tec.) assim como

¹ BRASIL. Alain Santandreu. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate A Fome (Org.). **PANORAMA DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO BRASIL E DIRETRIZES POLÍTICAS PARA SUA PROMOÇÃO**: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. 2007. ed. Belo Horizonte: Fao, 2007. 89 p. Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

produtos não alimentares (plantas aromáticas e medicinais, plantas ornamentais, produtos de árvores).

No âmbito legislativo federal há o projeto de lei nº 906/2015, que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana. Segundo esse projeto:

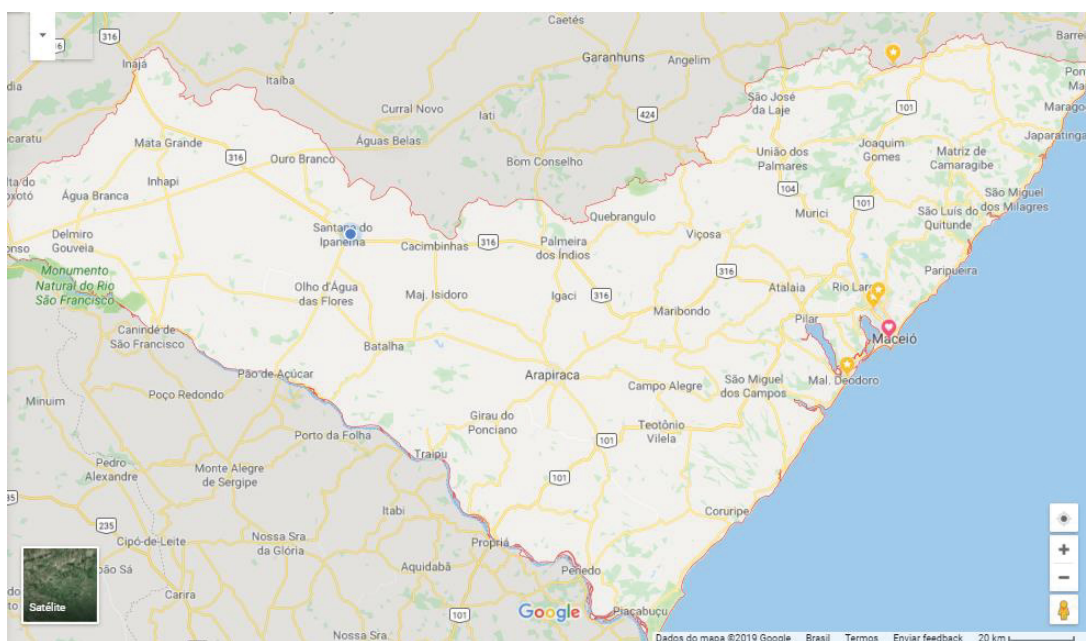
“Art. 1º A agricultura urbana é a atividade agrícola e pecuária desenvolvida nos limites da cidade e integrada ao sistema ecológico e econômico urbano, destinada à produção de alimentos e de outros bens para o consumo próprio ou para a comercialização em pequena escala.”

Ressalvo que apesar da definição da FAO para englobar no âmbito da AUP a criação de animais, há de ser observada a legislação local, uma vez que algumas cidades possuem legislação proibitiva para a criação de animais de médio e grande porte dentro do perímetro urbano. Em Santana do Ipanema não encontrei nenhuma legislação com este fim.

A cidade de Santana do Ipanema, em Alagoas está a aproximadamente 60 km do Rio São Francisco e a 22 km do traçado original do Canal do Sertão.

No entanto, não há projetos de irrigação que contemplem a agricultura local, em parte por inércia do poder público e bem como pela sua estrutura fundiária, a qual, conforme lê-se no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Médio Sertão Alagoano, documento elaborado em conjunto pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano, (Brasil, 2011)² a estrutura fundiária local é formada por minifúndios com extensão aproximada de 10 ha, o que segundo o documento inviabiliza projetos mais arrojados.

Figura 1:



Fonte: Google Maps. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/@-9.3735402,-37.2276446,15z>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

² BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Governo Federal (Org.). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Médio Sertão Alagoano**. Brasília, 2011. 92 p. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio042.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2018.

Santana do Ipanema localiza-se no Território da Cidadania chamado de Médio Sertão, que abrange uma área de 2.542,4 km², isto é, 10% da área total do Estado que é de 27.933,1 km². Com uma área de 439,6 km² e distante da capital em 169 km (em linha reta). Possui estrita relevância perante as demais cidades do médio sertão uma vez que a partir de sua emancipação política em 1875 foi desmembrada ao longo do século XX e deu origem a 6 dos demais municípios componentes, sendo o último Senador Rui Palmeira, desmembrado a 36 anos.

Tabela 1:

Município	Ano de Instalação	População Estimada (2018)	População Último Censo (2010)	Densidade Demográfica (hab/km²)
Carneiros	1962	9.000	8.290	73,32
Dois Riachos	1960	11.054	10.880	77,45
Maravilha	1958	9.326	10.284	34,05
Oliveira	1958	11.591	11.047	63,87
Santana do Ipanema	1875	47.486	44.932	102,61
São José da Tapera	1957	32.111	30.088	60,77
Senador Rui Palmeira	1982	13.818	13.047	38,07
	Total	134.386	128.568	

Fonte: IBGE Cidades. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 19 mar. 2019.

Somando-se as demais cidades sertanejas (alto e baixo sertão) são aproximadamente 300 mil habitantes sob influência do dinamismo da cidade, que concentra a maioria dos serviços públicos federais e estaduais a disposição da população.

Cortada pela BR 316 que liga Maceió a Belém no Estado do Pará, Santana do Ipanema também é caminho para o escoamento dos produtos agrícolas de regiões semiáridas onde a fruticultura cresce irrigada pelas águas do São Francisco com destino a

Maceió e Recife. É notável a influência dessa rota no padrão das frutas e hortaliças comercializadas em todas as cidades cortadas pela rodovia até a capital alagoana.

Apesar da relativa facilidade do abastecimento da cidade partindo das regiões produtoras o maior problema verificado durante o período estudado é a qualidade e diversidade dos alimentos variam e encarecem sua aquisição por parte das famílias.

Em alguns momentos o preço alto encontra na baixa qualidade uma aliada enorme na indisposição para compra por parte dos cidadãos, comprometendo a qualidade nutricional da alimentação.

Desta forma entende-se que numa região semiárida pode ser fomentada a prática de uma agricultura urbana como alternativa para o barateamento dos produtos agrícolas comercializados nas feiras públicas da cidade.

Dessa forma o presente trabalho tem objetivo de apresentar a relevância da Agricultura Urbana e Periurbana – AUP para a cidade de Santana do Ipanema.

OBJETIVOS GERAIS

Investigar como esta cidade no semiárido nordestino poderá sob a ótica da AUP produzir alimentos em quantidade e qualidade que atenda parte da necessidade local e influenciar as cidades do seu entorno a desenvolverem atitude semelhante.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Estudar a possibilidade de fomentar em Santana do Ipanema um projeto de AUP centrado na segurança alimentar, com foco em práticas de agroecologia, convivência urbana, integração homem-cidade e cultura de preservação do meio ambiente.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Apoiado no pilar de que a produção orgânica tradicional é centrada na tecnologia dos produtos enquanto na AUP a produção é centrada na tecnologia dos processos, foi verificado que os produtos orgânicos seguem uma lógica de mercado, onde a produção é voltada para remuneração dos agropecuaristas produtores, distribuidores e pequenos comerciantes que se dedicam a oferecer os diferenciais de uma agricultura livre de agrotóxicos, sustentável, que reaproveita e administra da melhor forma possível os recursos naturais buscando também uma remuneração melhor pelos produtos em relação aos agro produtos tradicionais.

Na AUP esta lógica aproveita as ideias da agropecuária ecológica tradicional e a partir da fase de comercialização há uma alteração no sentido. Aqui o fim não é adquirir maiores margens de lucros com um diferencial de produto apenas. A AUP não visa o lucro, mas a segurança alimentar e a convivência harmônica entre pessoas e o meio ambiente em que vivem. Não existe uma produção organizada ou esta não é a premissa dela. Cada um produz o que quer no espaço que dispõe.

Ações de assistência técnica, se existirem, são bem-vindas, porém a disseminação de saberes entre gerações e comunidades interagindo com o conhecimento técnico devem permear essa assistência.

Conforme destacado no Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para Sua Promoção, a presença de hortas de fundo de quintal, comunitárias e escolares, além de espaços de comercialização como lojas e feiras não é uma novidade nos municípios e regiões metropolitanas no Brasil. Alega o documento que essas:

“pessoas desenvolvem este tipo de atividade em experiências promovidas pelos municípios e outros atores sociais como as Ongs ou movimentos sociais são desenvolvidas em ações promovidas por municípios, ongs bem como movimentos sociais e outros atores sociais, ou ainda auto organizadas pelos próprios produtores familiares e as/os vizinhos de numerosos bairros populares.”

Tabela 2:

Região	Número de Municípios	Número de Experiências
Sul e Sudeste	21	77
Centro-Oeste	16	24
Norte e Nordeste	15	59
Total	52	160

Fonte: Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para Sua Promoção (2007).

Nas regiões metropolitanas onde se desenvolvem projetos de AUP existem severos problemas sociais típicos de regiões onde o crescimento acelerado e desordenado se instalou (saneamento, lixo, mobilidade, universalidade do acesso a saúde e educação etc).

Decorrentes dos problemas elencados acima aparecem a exclusão social, espacial, econômica e conseqüentemente social. Aparece ainda a violência doméstica e os problemas nutricionais que afetados pela insegurança alimentar.

Por isso a agricultura urbana e periurbana aparece como uma oportunidade de democratização, participação e construção da cidadania a ser promovida por agentes públicos e privados comprometidos com a melhoria da vida em sociedade no país.

Dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome relativa ao mês de junho de 2018 mostram que foram atendidas 7.743 pelo programa Bolsa Família o que se reverteu em R\$ 1.693.361,00, com um benefício médio de R\$ 218,70 por núcleo familiar em Santana do Ipanema.

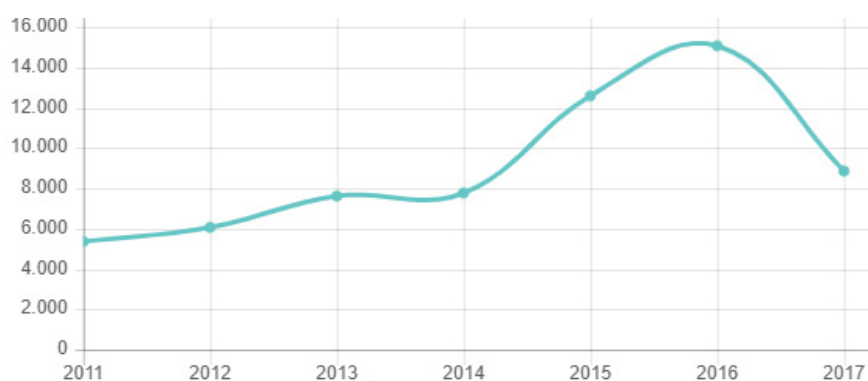
Em pesquisa documental realizada com beneficiários do Pronaf atendidos pelo Banco do Brasil na cidade observa-se que praticamente todos os projetos de investimento tem como destino a bovinocultura leiteira. Os itens financiados constantes nos projetos elaborados pelas empresas de assistência técnica da região contêm basicamente: compra de matrizes leiteiras, reprodutores, plantação de palma forrageira e milho destinado a silagem, além de melhorias em barragens, reforma de cercas e animais de serviço.

Nota-se de fato, o fenômeno da padronização de projetos citado por Guanziroli (2005)³ e que norteia a economia local para um viés histórico que é a produção leiteira.

Constantemente inviabilizada pelas oscilações no preço do leite e os efeitos das estiagens prolongadas, a pecuária leiteira resiste pela cultura típica do sertanejo e o perfil social desses pequenos pecuaristas.

Os efeitos do dito acima podem ser vistos no gráfico abaixo:

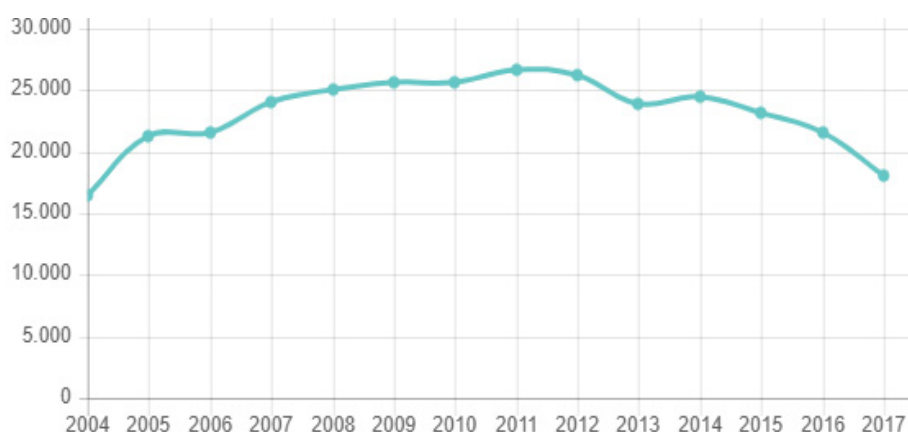
Gráfico 1:



Fonte: IBGE Cidades. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 19 mar. 2019.

Os dados mostram que em 2016 o valor total da produção de leite bovino em Santana do Ipanema foi de R\$ 15.092.000,00 enquanto que em 2017 chegou apenas R\$ 8.820.000,00.

Gráfico 2:

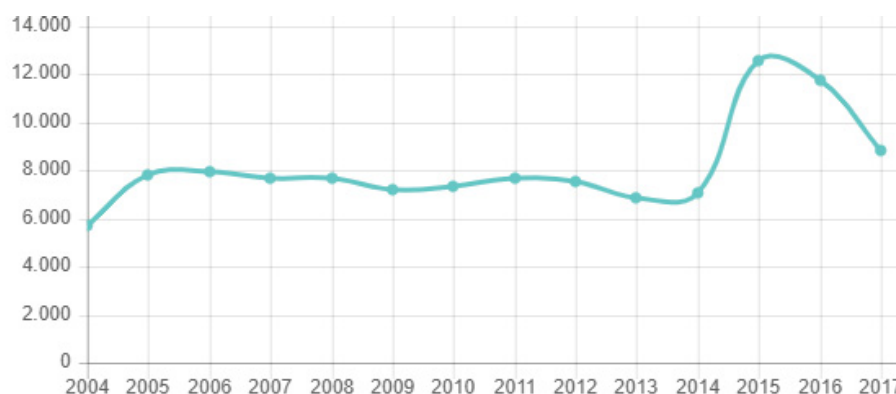


³ GUANZIROLI, Carlos E. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural.** *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2007, vol.45, n.2, pp.301-328. ISSN 0103-2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032007000200004>.

Fonte: IBGE Cidades. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 19 mar. 2019.

Em 2016 haviam 21.614 cabeças de gado bovino enquanto que em 2017 o rebanho foi de 18.000 cabeças. A redução foi aproximadamente 16,72% consequência da estiagem que força o sertanejo vender parte do seu rebanho e as perdas típicas deste período.

Gráfico 3:



Fonte: IBGE Cidades. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 19 mar. 2019.

Aqui percebemos que a produção de litros de leite caiu entre 2016 e 2017, saindo de 11.791.000 litros para 8.820.000 litros, um decréscimo de 25,20%.

Dos dados constantes nos gráficos acima resulta a seguinte tabela comparativa:

Tabela 1:

Ano	Produção litros (x1000)	Preço da Produção R\$ (x1000)	Rebanho Existente	Valor por Litro: R\$
2016	11.791	15.092	21.614	1,28
2017	8.820	8.820	18.000	1,00
Varição	- 25,20%	- 41,56%	- 16,72%	- 21,88%

Fonte: IBGE Cidades. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 19 mar. 2019.

Assim vê-se um cenário complicado para o pequeno produtor de leite nesta região. Se mantidos os preços de 2017 seria necessária uma produção de 11.289.600 litros para que não houvesse perda de renda nas propriedades. Menos leite no mercado deveria

aumentar o preço pago ao produtor, porém com pequeno número de compradores a esperada lógica não se torna realidade.

Em menor escala há produção de tilápia, codornas, suínos, caprinos, ovinos, galináceos, ovos, mel de abelha, castanha de caju, mandioca e milho. Esses produtos não estão sendo mostrados em tabelas neste trabalho devido a aparentarem na fonte pesquisada, sítio do IBGE, recente apuração ou dados incompletos quanto a valores e anos de produção, bem como algumas variações positivas na ordem de 500% entre um ano e outro, revelando possíveis falhas na coleta de dados.

Os projetos financiados com recursos do PRONAF Mais Alimentos, a taxa de 2,5% a.a., ainda que contando com esse subsídio governamental, apresentam distância entre a realidade do semiárido e os objetivos dos financiamentos. O que criou uma cultura de insolvência dos pequenos produtores de leite. Aliam-se a estes fatores agentes políticos e lideranças locais que algumas vezes orientam os pequenos produtores a não pagarem suas dívidas e aguardar por descontos e até supostos perdões de compromissos.

O desafio das instituições financeiras que operam o PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar e manter a inadimplência dentro dos padrões aceitáveis para a continuidade do programa. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário o índice normal de descumprimento dos pagamentos é de 2,5%, havendo suspensão de liberação de novos financiamentos quando este índice alcança 15%, gerando prejuízos a economia e produção dos municípios (BRASIL, 2019).⁴

Conforme Aquino e Assis (2014) o sistema de produção de base agroecológica caracteriza-se pela utilização de tecnologias que respeitem a natureza, para, trabalhando com ela, manter ou alterar pouco as condições de equilíbrio entre os organismos participantes do processo de produção, bem como do ambiente. Sob este prisma a lógica da organização produtiva é semelhante a dos sistemas de produção industriais o que não é e nem deve ser o foco da AUP.

Esta, correndo por fora desse sistema altamente competitivo da agricultura empresarial tem como premissa principal o equilíbrio entre o que se precisa ou deseja produzir e a interação com o meio ambiente das cidades. A AUP se orienta e se sustenta pelos norteadores da agroecologia afim de obter bons níveis de produtividade e deve incorporar

⁴ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 19 mar. 2019.

os avanços da ciência (conhecimento técnico) ao mesmo tempo promovendo a participação dos produtores, respeitando os conhecimentos, culturas e experiências locais.

Os autores acima citam ainda que a FAO-SOFA em 1998 estimava para 2015 o número de 26 cidades em todo o mundo com 10 milhões de habitantes e que para alimentar essa população seria prudente importar ao menos 6.000 toneladas de alimentos por dia. Da crescente urbanização, além da necessidade alimentar resultariam outros problemas como a preservação ambiental e a oferta de empregos.

Foi o que constatou O'Reilly (2014)⁵ ao relatar que na década de 60 o Brasil era um país agrícola com taxa de urbanização em 44,7% o que em 40 anos se converteu em 84,4% do total de sua população. As consequências desse processo rápido e sem planejamento adequado esgotou os recursos hídricos e saturou o meio ambiente dentro destas cidades. Segundo a autora é nesse contexto que a AUP aparece como um elemento indispensável no planejamento urbano baseado em políticas públicas que valorizem a sustentabilidade baseadas na:

“multifuncionalidade dos espaços, na valorização dos saberes locais, no desenvolvimento da economia solidária, na equidade de gênero, no fortalecimento dos laços de comunidade, na segurança e soberania alimentar e na conservação e preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas urbanos”.

Para que sejam absorvidos os conceitos de AUP é preciso deixar de vincular agricultura tão somente ao meio rural e enxergar outras possibilidades de produção alimentar dentro ou próximo das cidades.

Para Silva et al., (2017) apud Ricarte-Covarrubias et al. (2011) a AUP engloba atividades produtivas ou de transformação de produtos agropecuários, desenvolvidas nos centros urbanos ou em sua periferia, para autoconsumo quanto para comercialização. Mas não é só isso, tem como princípios o aproveitamento dos recursos e insumos locais, respeito aos saberes populares, responsabilidade social e ambiental, coexistência de gêneros e gerações, para melhoria da qualidade de vida das cidades.

⁵ O'REILLY, Erika de Mattos. Agricultura Urbana - Um Estudo de Caso do Projeto Hortas Cariocas em Manguinhos, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10009377.pdf>>
Acesso em: 19 mar. 2019.

Para entender o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional apresenta-se o construído pelo Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional de 2003, o qual foi confirmado em 2004 durante a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizado em Olinda, Pernambuco:

“Segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004, p.4).”

Aquino e Assis (2007) dizem que a AUP é a produção dentro do perímetro urbano e periurbano, com métodos intensivos, porém, tendo em conta a inter-relação homem-cultivo-animal-meio ambiente e as facilidades da infraestrutura urbanística, por isso baseadas em práticas sustentáveis que permitem a reciclagem dos resíduos.

MATERIAIS E METÓDOS

Assim foi feito o levantamento bibliográfico sobre qual seria a alternativa mais viável a melhora do abastecimento. Sem vislumbrar um grande empreendimento agrícola devido as características fundiárias e geográficas onde inserida a cidade chegamos a AUP – Agricultura Urbana e Periurbana.

Foi levantado em visita técnica aos bairros mais populares e centrais da cidade a existência de terrenos baldios, bolsões verdes e até áreas que passam bom tempo alagadas nos períodos chuvosos, além de encostas nas áreas mais altas.

Muitos desses terrenos estão servidos por rede de abastecimento de água da Casal – Companhia de Abastecimento e Saneamento de Alagoas sendo por isso mesmos suscetíveis ao aproveitamento para produção de pequenas quantidades de alimentos vegetais.

Figura 2:



Fonte: <http://www.cidade-brasil.com.br/vista-satelite-santana-do-ipanema.html>

Acesso em: 29 de outubro de 2018.

Na confecção deste trabalho houve dificuldade em encontrar publicações impressas sobre o tema. A maioria dos documentos e publicações encontradas cujo tema são a AUP estão em meio digital, disponíveis na rede mundial de computadores, em acervos eletrônicos de bibliotecas virtuais existentes nos sites de instituições de pesquisa e/ou ensino. São artigos, teses, monografias e publicações institucionais de governos e organizações não governamentais, bem como organismos transnacionais como a ONU-FAO.

As dificuldades em encontrar livros e publicações impressas sobre o tema nas bibliotecas universitárias e até no mercado livreiro, em nosso país, foi suprida pela disponibilidade dos materiais disponíveis na rede mundial de computadores.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Assim a agricultura urbana e periurbana apresenta-se como uma alternativa para melhorar os preços praticados e a qualidade dos produtos oferecidos melhorando a segurança alimentar da população.

Projetos de agricultura urbana já existem em todo o país e também se espalha essa nova forma de produção alimentar por cidades da Argentina, Colômbia, Cuba, Equador, Peru, Bolívia, México dentre outros.

Cidades como Maceió e Arapiraca, capital e segundo maior município alagoano respectivamente já vem iniciativas de AUP sendo levadas a cabo por parcerias entre governos e sindicatos, associações e também de forma autônoma por pequenos produtores urbanos. Santana do Ipanema não inovaria, mas adaptaria essa atividade a sua dinâmica populacional e territorial. A inovação não está em produzir hortaliças, frutas, pequenos animais nas regiões centrais ou próximas a cidade mas em fomentar essas atividades, resguardadas as devidas precauções e a legislação sanitária, como política pública, considerando que a AUP tem caráter regenerador e sustentável para a vida na cidade.

O da AUP não é lucratividade empresarial do agronegócio tradicional ou na agroecologia voltada ao mercado. Esta atividade possui forte condição de gerar renda devido sua integração entre a sociedade civil e os governos, principalmente na gestão de resíduos sólidos de caráter orgânico utilizados na compostagem nos projetos de AUP já existentes na América Latina. A utilização equilibrada de espaços disponíveis é forte aliada na gestão dos espaços urbanos ao aproveitar lotes públicos e privados (sob autorização) contribuindo para a eficiência das cidades e o equilíbrio alimentar das populações incluídas. É o que já ocorre em cidades onde os projetos de hortas comunitárias já são efetivos. Há aproveitamento de maior parte dos resíduos sólidos orgânicos que são processados em cooperativas de catadores de lixos e vendidos aos projetos.

A FAO destaca ainda a participação do setor público como impulsionador das ações da AUP, principalmente ao fornecer espaços públicos para produção, plantação, comercialização e assistência técnica, sem, contudo, levar a cabo projetos que visam a padronização da produção.

O segredo da AUP é justamente a diversidade de cultivos e saberes envolvidos na consecução de projetos. A chamada assistência técnica visa aprimorar essas técnicas,

apoiando-as e procurando não “*tecnizar*” a produção. Os chamados agricultores urbanos devem produzir aquilo que melhor sabem fazer nas quantidades necessárias ao consumo familiar e havendo excedentes carecem de espaços para comercialização.

Figura 3:



Fonte: <http://ruralpecuaria.com.br/noticia/proposta-cria-a-politica-nacional-de-agricultura-urbana.html>, acesso em 29 de outubro de 2018.

O caráter de raízes rurais da população urbana de Santana do Ipanema, facilita o entendimento e o aproveitamento das relações sociais e vinculação do homem a terra, inerentes ao sertanejo e os conceitos de AUP.

Se de um lado a segurança alimentar dos cidadãos carece de atenção do poder público e da sociedade, os conceitos e saberes necessários ao fomento da Agricultura Urbana e Periurbana, uma vez incorporados pelos praticantes se revelam um importante elemento de união e apaziguamento social.

Nesse momento histórico onde as relações sociais presenciais não sofrem somente pela concorrência do entretenimento televisivo e sim também pela inserção massiva das tecnologias de comunicação, afetando a visão de realidade de cada um, a AUP resgata os saberes, a união, a utilidade, o sentir-se parte de uma comunidade com algo em comum. Tem o poder de se não quebrar e derrubar muros entre gerações ao menos servir de razão para o diálogo entre elas.

Longe de perseguir uma produção altamente lucrativa a AUP busca o resgate de saberes e aplicar as técnicas modernas de manejo responsável do solo e consequentemente

dos espaços urbanos, numa produção agroecológica, que dividida em pequenos pontos de produção contribui para a independência dos cidadãos em relação a alimentação tradicional, vinda de longe, dando-lhe poder de estabelecer novas relações com seus vizinhos mais próximos, do mesmo bairro e daqueles mais distantes.

Na prática já se vê a AUP na cidade. Desde o leiteiro que produz e vende o leite, hoje em dia em baldes adaptados a motocicletas, oriunda de seu pequeno rebanho a pequena distância da zona urbana ao supermercado recém inaugurado que mantém em sua área externa a produção de verduras, ervas aromáticas, medicinais e até mesmo frutas sob seus muros, fornecendo alimentos frescos a seus clientes e às parcerias destes com outros pequenos fornecedores de ovos e mel de abelhas.

O que se vislumbra neste trabalho é a possibilidade de aglutinar e fomentar o trabalho necessário de forma consciente, como uma política social levada a cabo pela Secretaria Municipal de Agricultura, comerciantes, produtores, vizinhos, pessoas que precisam inclusive complementar sua renda, sejam beneficiários de programas sociais ou não. Sem dúvida, a produção em pequena escala, com viés sustentável, tende a baixar o preço dos produtos vindos de regiões longínquas e com isso liberar renda das famílias para serem gastos com outros bens e serviços.

CONCLUSÃO

De acordo com o visto até este momento creio que é possível implantar um projeto de AUP em Santana do Ipanema. Há necessidade de fomentar a produção em pequena escala de produtos agropecuários com esse sistema que está sendo fomentado por todo o Brasil.

É desejável que as áreas disponíveis, sejam em terras públicas, próximas de rede de alta tensão, áreas verdes em estabelecimentos públicos e privados, canteiros centrais de ruas e avenidas, quintais e pequenas chácaras no entorno da cidade possam contribuir para a segurança alimentar da população. Esta cidade com seus empreendimentos imobiliários encravados na área urbana, loteamentos recentes com áreas verdes disponíveis tem um ambiente propício ao desenvolvimento de um projeto de Agricultura Urbana e Periurbana.

A FAO estima que com aproximadamente R\$ 1800,00 é possível empreender um projeto de AUP viável, lembrando que o foco deste não seria a viabilidade financeira do empreendimento. O ganho econômico nem sempre vem amparado pelo ganho financeiro diretamente.

Partido dos pressupostos aqui vistos acredito que há espaço para a AUP dentro da dinâmica de Santana do Ipanema. As áreas degradadas ambientalmente podem ser revitalizadas com sua reinserção na vida comunitária e ressignificação desses espaços. Especial atenção nesse sentido ao rio Ipanema, de cujo nome se originou o nome da cidade que em língua indígena significa “*água ruim*”. Este rio tem sido degradado ao longo dos anos, recebendo dejetos do matadouro público municipal a mais de 40 anos.

Cabe ao poder público e a sociedade civil fomentar esses projetos de quintais produtivos ou hortas comunitárias fomentando as parcerias entre as diversas secretarias municipais, associações de moradores e assistência técnica por meio da Secretaria Estadual e Municipal de Agricultura seria estabelecido uma rede de apoio e incentivo a esta atividade. É o que se vê por todo lugar onde há AUP, no Brasil e nos demais países latino-americanos. Se o poder público não consegue abarcar toda a gama de responsabilidades ao menos como indutor dessa mudança de produção agropecuária de dentro da cidade para sua própria subsistência, já é um passo grande para que a AUP caia no gosto e na dinâmica social da cidade.

Concluo que a cidade de Santana do Ipanema possui necessidade de implantação de um projeto de AUP nos moldes da agroecologia, visando a segurança alimentar e nutricional, integração das diversas gerações, comunidades e revitalização do espaço urbano. Diante do exposto, respondendo à pergunta que se mostra no início do trabalho, julgo que seria relevante desenvolver por meio dos atores sociais existentes a AUP em Santana do Ipanema-AL.

Figura 3:



Fonte: <http://minutosertao.cadaminuto.com.br/noticia/2015/04/18/rio-ipanema-agoniza-no-serto-em-meio-a-lixo-esgoto-e-falta-de-conscincia-ambiental>. Acesso em 29 de outubro de 2016.

BIBLIOGRAFIA

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. **Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base em agroecologia**. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v.X, n1, p. 137-15-, jan-jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n/v10n1a09.pdf>. Acesso em 15/09/2018.

CONSEA. II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. “**A construção do conceito de segurança alimentar e nutricional**”, Brasília, 2004.

GUANZIROLI, Carlos E. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2007, vol.45, n.2, pp.301-328. ISSN 0103-2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032007000200004>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **Portal**. Disponível em <www.mds.gov.br>. Acesso em 15/09/2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Governo Federal (Org.). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Médio Sertão Alagoano**. Brasília, 2011. 92 p. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio042.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2018.

BRASIL. Alain Santandreu. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate A Fome (Org.). **PANORAMA DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO BRASIL E DIRETRIZES POLÍTICAS PARA SUA PROMOÇÃO**: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. 2007. ed. Belo Horizonte: Fao, 2007. 89 p. Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 960, de 25 de março de 2015. Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências. **Política Nacional de Agricultura Urbana**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0EDFE1EB8AE2D76F466D59CD3E63B>. Acesso em: 31 jul. 2018.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Santana do Ipanema**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/santana-do-ipinema/panorama>>. Acesso em: 16 set. 2018.

BRASIL. Alain Santandreu. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate A Fome (Org.). **PANORAMA DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO BRASIL E DIRETRIZES POLÍTICAS PARA SUA PROMOÇÃO**: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. 2007. ed. Belo Horizonte: Fao, 2007. 89 p. Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

O'REYLLY, Erika de Mattos. **Agricultura Urbana - Um Estudo de Caso do Projeto Hortas Cariocas em Manguinhos, Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10009377.pdf>> Acesso em: 19 mar. 2019.

